



**MUNICÍPIO DE CUBA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**Ata Nº21**  
**18-09-2025**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos. -----  
-----  
-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

- 1- INFORMAÇÕES; -----
- 2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----
- 3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----

**ORDEM DO DIA: -----**

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/06/2025 a 31/08/2025. Para Conhecimento.** -----  
-----

2 - Apreciação e votação da **Revisão n.º 3** ao Orçamento e às GOP'S 2025. **Para deliberação.** -----  
-----

3 - Apreciação e aprovação do **Projeto de Reabilitação do CM 1007** – (Reparação do pavimento betuminoso ao longo dos 5 km insertos no concelho de Cuba, bem como limpeza e reperfilamento das bermas ao longo de 10 km), atendendo a que o mesmo ultrapassa os 10% da despesa de investimento de 2025, conforme exigência

13

consignada no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.**-----  
-----

4. - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de Empréstimo de Longo Prazo, no valor de 1.750.000€, entre o Município de Cuba e a Caixa de Crédito Mútuo do Guadiana, visado pelo Tribunal de Contas em 02 de abril de 2025, com o objetivo de nele introduzir mais um lote na cláusula primeira, sem que isso tenha qualquer repercussão no valor aprovado para o contrato, lote esse denominado : - Lote 6 - Reabilitação do CM 1007 ao longo da extensão localizada no Concelho de Cuba. **Para deliberação.** -----  
-----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----

Teresa José Leão Isidro Galó; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----

Júlia Maria Mourata Costa Baltazar; -----

Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----

José Alberto Lança Pacheco-----

António Francisco Fragoso Ramos; -----

José António Cardeira Machado; -----

Diogo José da Silva Machado; -----  
-----

**Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :** -----

Francisco Eduardo Beijudo Galinha;-----

André Chaveiro Vargas;-----

Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----

Pedro Miguel Galinha Machado; -----

José Alberto Lança Pacheco-----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Vice Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano , os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho. -----

1

**Antes da Ordem do Dia :** -----

**1 – INFORMAÇÕES ;** -----

**Presidente Assembleia** – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

**2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----

**As atas das sessões anteriores foram aprovadas por maioria com 3 abstenções.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ;** -----

**Foram apresentadas duas moções pela bancada da CDU, ambas aprovadas por unanimidade.**-----

**Deputado José Roque** – leitura de moção. -----

**“PELO RECONHECIMENTO DO ESTADO DA PALESTINA**

*Cresce em todo o mundo a indignação pelos crimes cometidos por Israel contra o povo palestino, intensificada nas últimas semanas: o massacre de crianças pelas bombas e pela fome; o desaparecimento de famílias inteiras; a destruição de hospitais, escolas, abrigos, centros de distribuição alimentar, bairros residenciais e acampamentos; o assassinato de médicos e enfermeiros, jornalistas e trabalhadores humanitários.*

*Na Faixa de Gaza, alvo de bombardeamentos incessantes, cerca de 90% dos 2,3 milhões de habitantes foram obrigados a deslocar-se, muitos mais de uma vez. Gaza conta agora o maior grupo de crianças amputadas da história moderna.*

*Na Cisjordânia avança uma nova Gaza: ataques diários de colonos protegidos por soldados, aumento constante dos colonatos, bombardeamentos aéreos, ocupação de campos de refugiados por militares e tanques israelitas, mais de 1.000 mortos nos últimos 18 meses, 40.000 expulsos das suas terras, na maior onda de deslocamentos forçados desde a guerra de 1967.*

*Em novembro de 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a resolução 181, prevendo a partilha da Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu, sendo atribuído a Israel 55% do território da Palestina. Os sionistas aprovam o plano, que lhes é muito favorável, mas querem a terra "limpa" de palestinos. A limpeza étnica começou de imediato e, após a guerra de 1948, Israel passou a dominar 78% do território, deixando para trás um rasto de destruição que resultou em 15.000 palestinos mortos, 531 aldeias destruídas, 11 cidades esvaziadas e 750.000 pessoas expulsas que se refugiaram na Faixa de Gaza, Jordânia, Síria*

e Líbano.

*A guerra de 1967 resultou na ocupação da totalidade da Palestina (incluindo Jerusalém Oriental, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza) mas também da Península do Sinai (devolvida ao Egipto após o acordo de paz de 1979), e dos Montes Golã sírios, que Israel ainda ocupa.*

*É urgente que se solucione a questão de fundo, criando o Estado da Palestina, determinado pela ONU há décadas, mas nunca concretizado dada a política de ocupação, colonização e agressão por parte de Israel - um Estado da Palestina independente, onde seja o povo palestino a decidir soberanamente do seu destino. É urgente que o Governo português ponha fim ao seu silêncio perante o brutal desrespeito dos direitos humanos e do direito internacional por parte de Israel, e que de forma firme e clara exija o fim imediato do genocídio e o respeito do direito de regresso dos refugiados palestinos conforme determinam as resoluções da ONU, assim como pelo desmantelamento dos colonatos, o fim dos bloqueios e a libertação dos detidos.*

*Atualmente, 146 Estados já reconheceram o Estado da Palestina (mais de 70% dos Estados-membros da ONU), sendo que 11 dos quais são países que integram a União Europeia.*

*O reconhecimento do Estado da Palestina é uma decisão soberana da exclusiva competência do Estado português. No respeito pela Constituição da República Portuguesa, Portugal já devia ter reconhecido o Estado da Palestina, cumprindo o determinado no seu artigo 7º, onde se refere que nas suas relações internacionais, o Estado português se orienta, entre outros, pelos princípios do respeito pelos direitos dos povos, designadamente à autodeterminação, à independência e ao desenvolvimento.*

*Os deputados da CDU na Assembleia de Municipal de Cuba, reunida a 18 de setembro de 2025, propõem:*

*1) Apelar ao Governo português para o rápido e urgente reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, conforme determinado pelas resoluções adotadas pela ONU;*

*2) Apelar ao Governo português que assuma essa posição no âmbito da ONU e noutras instâncias em que está presente.*

*Esta Moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, ao Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, aos grupos parlamentares representados na Assembleia da República, e divulgada nos sítios habituais.”*

---

**Deputado José Machado – leitura de moção.**

### **“Contra a invasão da Rússia na Ucrânia**

*Depois de vários meses a refutar a intenção de atacar o território ucraniano, debaixo dos olhos de toda a Europa e Mundo, a Rússia sob o comando de Putin arremessou uma operação militar de ataque por terra, ar e mar com uma total crueldade e indiferença ao sofrimento alheio.*

*Um verdadeiro atentado à vida e à liberdade de 44 milhões de habitantes democráticos ucranianos!*

*Em pleno século XXI, o egoísmo, a sede de poder, as intolerâncias ganharam destaque e desta forma mostram ao mundo que o Homem continua a ser o seu pior inimigo.*

*Os eleitos da Assembleia Municipal de Cuba, repudiam todos os atos de guerra, condenamos veementemente o ataque e invasão da Rússia contra a Ucrânia. Apelamos à diplomacia e negociação civilizada entre as nações. Reconhecemos e queremos continuar a acreditar no esforço de diálogo orientados ao nível europeu por todos os líderes políticos que não baixam os braços na procura de uma resolução diplomática. Invocamos uma tomada de posição firme por parte da EU bem como a continuidade na aplicação de sanções com fortes repercussões económicas para os responsáveis deste ataque. Consideramos que o respeito pelo direito internacional foi violado no que deveria honrar ao reconhecimento da independência e da construção de novos países. Consideramos que a verdade tem de ser reposta... A Ucrânia é um país livre e democrático! A Ucrânia aos ucranianos! Choramos as vidas perdidas e manifestamos a nossa total solidariedade para com todos os ucranianos que deixaram os seus bens, a sua identidade, fugindo da guerra só com a roupa do corpo. Estamos solidários com toda a comunidade de ucranianos em Portugal e em particular com aqueles que escolheram o concelho de Cuba para viver. Partilhamos as suas preocupações em relação aos seus familiares e também no que respeita ao futuro do país natal.”*

**Deputado Carlos Almeida** – mostrou-se estupefacto com o documento , lembrando as moções apresentadas pelo PS anteriormente sobre a Invasão da Rússia à Ucrânia e a posição dos membros da CDU. Associou esta moção ao período eleitoral, salientado que ficaria feliz pela mudança de opinião.

**Deputado José Roque** – questionou o deputado Carlos Almeida sobre o sentido de voto da CDU nas moções que referiu, relembrando que foram votadas por unanimidade.

**Deputado Carlos Almeida** – reforçou que as moções foram votadas por unanimidade, mas sempre depois de um pedido de reflexão e discussão.

**Deputado José Roque** – lembrou a nota que deixou há três anos sobre a importância de Évora enquanto capital europeia da cultura em 2027, assim como as possibilidades para Cuba dada a sua proximidade.

**Deputado Carlos Almeida** – informou a assembleia que a documentação pedida à Câmara na sessão anterior não tinha sido entregue.

**Vice Presidente Câmara** – disse que a preparação dos documentos não estava finalizada sendo enviada nos próximos dias.

1

ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

-----  
Maria Teresa Santos – residente Herdade Gizo, comissão acompanhamento situação Herdade do Gizo. -----

*“Senhor presidente da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal,  
Senhoras e Senhores,*

*Há largos meses que uma Comissão de Acompanhamento, representativa dos proprietários da Herdade do Gizo, apresentou uma proposta à Câmara Municipal para a regularização do empreendimento no quadro do PDM de Cuba, que tem estado em processo de revisão.*

- Depois da Câmara ter aceiteado uma metodologia de cooperação na apreciação da referida proposta, o que incluiu ter-nos facultado o Projeto de Regulamento do PDM para que a proposta a apresentar fosse consistente com o referido projeto e de ter admitido o princípio de uma reunião de trabalho conjunta para a sua apreciação;*
- Depois de a Câmara estar informada da disponibilidade da CCDR Alentejo para colaborar conjuntamente nesse processo, incluindo mediante deslocação dos seus técnicos à sede da Câmara, com esse fim específico;*
- Depois de a Câmara saber que o Instituto de Turismo de Portugal, que é a entidade que tem superintendência no funcionamento de aldeamentos turísticos, tem vindo a prolongar os prazos concedidos antes da desclassificação do empreendimento, a fim de dar tempo a que os proprietários e a Câmara se entendam no encontrar de uma nova solução de regularização, que é a que corresponde à solução apresentada;*
- Depois de a Câmara estar ciente de que essa proposta compatibiliza os interesses legítimos em presença, que são o - reconhecimento da finalidade habitacional das casas existentes, a possibilidade da atividade turística na modalidade do alojamento local, a hipótese de prestação de serviços como, por exemplo, de restauração, além da continuidade das atividades silvo-pastoris atualmente existentes;*
- Depois de saber isto tudo, a Câmara rompeu com o seu compromisso inicial e desde 25 de fevereiro não responde a requerimento que lhe foi apresentado pela Comissão de Acompanhamento da situação do empreendimento da Herdade do Gizo e em representação do mesmo. Esse requerimento visa, no essencial: 1) Dar concretização à referida segunda reunião de trabalho que tinha sido combinada após a entrega da proposta a 16/1/25; aceitar realizá-la em colaboração técnica com a CCDR Alentejo; 2) Permitir à Comissão de Acompanhamento o acesso ao processo da Herdade do Gizo existente na Câmara; 3) Obter certidão descritiva relativa a uma parte do empreendimento, presentemente em falta (2ª fase).*

*A recusa da Câmara em dar resposta positiva a tal requerimento é de uma enorme gravidade e viola todos os direitos de informação e participação que é seu dever legal respeitar.*

*O problema da irregularidade do empreendimento é já antigo – tem mais de 10 anos – e agravou-se porque a maioria das casas foi vendida (entre 2020-2022) para finalidade habitacional por uma empresa pública – a Sociedade OITANTE (responsável pela alienação da massa falida do BANIF, também ele falido), tendo a maioria dos proprietários feito as suas aquisições seguramente de boa-fé. Sucede, no entanto, que o Instituto do Turismo de Portugal tem um entendimento de que tais formas de aquisição foram irregulares à luz do Título Constitutivo do Empreendimento que só refere as frações como unidades de alojamento turístico. Só que este empreendimento, por há muito tempo se encontrar em situação de falência não tem, desde 2018, Entidade Exploradora, a entidade que deveria assegurar a regularidade da gestão - o que trouxe como consequência que*

as situações de irregularidade se agravaram e, à luz do título inicial, tais irregularidades são hoje irreversíveis e, por isso, precisam de ser resolvidas de outro modo.

Esse modo passa por uma solução, inteiramente viável, com a participação da Câmara Municipal. Mas, infelizmente, esta mais não tem feito do que tentar ocultar e distorcer os dados da realidade existente, o que nos obriga constantemente a repor a verdade da situação. Foi o que tivemos de fazer, face às declarações manipuladas, constantes da recente Ata da reunião do Executivo, de 23 de julho. Lamentamos que muitas das afirmações nela contidas distorçam grosseiramente os dados de facto, do passado e do presente, relativos à complexidade da situação em causa. Complexidade essa para a qual vimos alertando e convocando o Município e as outras entidades envolvidas – Instituto de Turismo de Portugal, CCDRA e OITANTE – para serem parte de uma nova solução e não causa de agravamento de um problema velho de que tais organismos são, eles próprios, muito responsáveis.

Ficámos, no entanto, mais uma vez a perceber, através de respostas recentemente dadas pelo sr. Presidente da Câmara a perguntas de um jornalista da RTP, que ele próprio e a Câmara estão mais empenhados em proteger uma minoria de proprietários existente no empreendimento, cujas posições têm sido perdedoras em todas as Assembleias Gerais (realizadas a 5/10/24; 7/12/24 e 15/3/25), em lugar de reconhecer a legitimidade que nos é devida como representantes da maioria absoluta dos proprietários. Mas é essa maioria absoluta que vincula as posições do empreendimento e não podem ser outras.

Erroneamente, a Câmara insiste na ideia de que essa minoria tem direitos adquiridos contra as orientações definidas pela maioria dos proprietários. Essa ideia é completamente falsa, como aliás ficou cabalmente provado numa recente decisão do tribunal cível de Beja que negou tal interpretação e deu inteira razão, na sua decisão, às posições que temos vindo a defender, inclusive perante a Câmara Municipal. É que ninguém ganha direitos sobre ninguém quando celebra contratos em situações irregulares preexistentes. Nem é preciso ser jurista para perceber esta evidência, que é de puro bom senso.

Mas ficámos também a saber, pelas respostas do sr. Presidente, que o mesmo entende que a Câmara não deve intervir na situação da Herdade do Gizo, porque se o fizesse isso o colocaria, enquanto proprietário de uma casa no empreendimento, “para habitação própria permanente” em situação de eventual conflito de interesses.

Fica, assim, claramente demonstrado pela explicação dada pelo próprio Presidente da Câmara, porque é que o executivo camarário não colabora construtivamente na solução de um problema que se arrasta há mais de 10 anos e se agravou nos últimos 5. E fica igualmente demonstrado que a obstrução desejada pelo presidente foi concretizada pelo Executivo Camarário tal como explica o Sr. Chefe de Divisão Vítor Fialho que passamos a citar: “Reafirmamos que tendo o Sr. Presidente uma moradia no empreendimento, querer mudar a classificação legal existente desde 2006, às pressas antes do término do mandato, aí sim poderá equacionar-se um eventual conflito de interesses”.

Uma vez que a Comissão de Acompanhamento foi fortemente visada e desconsiderada nas respostas do Presidente ao jornalista, já solicitámos – e voltamos aqui a solicitar - que o esclarecimento que enviámos sobre as mesmas, ao Executivo e a esta Assembleia, tenham a competente divulgação a todos os que tiveram acesso apenas à versão do Presidente da Câmara. Segundo ele próprio informou, todos os trabalhadores do Município. É esta situação que vimos apresentar nesta Assembleia Municipal (complementarmente à exposição efetuada por escrito a 21/5/25), informando que vamos continuar a trabalhar para que uma solução definitiva, capaz de resolver de vez as irregularidades do empreendimento, possa ser concretizada. Para isso, é indispensável que o executivo camarário que sair das próximas eleições autárquicas passe a ter uma atitude construtiva e de

13

*colaboração, pela qual sempre pugnamos na defesa e conciliação dos interesses legítimos em presença, incluindo os do Município no que respeita à atividade turística.*

*O Presidente da Câmara Municipal, em funções, deveria ser o primeiro, de uma forma conscienciosa, a compreender o significado do que aqui afirmamos. Lamentamos ter de dizer que só nos desiludiu ao preocupar-se, acima de tudo, em proteger a sua própria situação – o que levou a própria Câmara Municipal a recusar colaborar na resolução do problema que afeta considerável número de pessoas. Mas que tem solução, técnica e juridicamente demonstrada. Basta querer. Basta acabar com a obstrução existente. Basta haver uma atitude respeitadora das pretensões legitimamente apresentadas pelos munícipes.*

*Pela Comissão de Acompanhamento da situação da Herdade do Gizo,*

*Maria Teresa Santos (coordenadora)*

Cuba, 18 de setembro de 2025” -----  
-----

**Jorge Lacão – membro comissão acompanhamento situação Herdade Gizo.** -----

*“ gostaria de começar por saudar todos os membros da Assembleia Municipal, começando, naturalmente pela pessoa do senhor Presidente da Assembleia. É para mim um gosto estar aqui convosco, eu que fui também durante 16 anos Presidente de uma Assembleia Municipal e, conseqüentemente, tenho entranhado em mim cultura autárquica e a importância que a atividade autárquica tem na vida dos respetivos munícipes. A senhora Teresa Santos acabou de fazer uma exposição sintética sobre o problema que temos pela mão, creio que dessa exposição resulta a possibilidade de compreenderem alguns documentos que já vos enviamos, que estamos perante uma solução muito complexa e que, em função da sua complexidade, o que faz sentido é que as pessoas reúnam a sua boa vontade e as instituições demonstrem disponibilidade de colaboração para superar um problema que é um problema difícil, mas que é um problema que está presente. Como já aqui foi referido, este empreendimento da Herdade do Gizo, colapsou a partir de certo momento porque o empreendedor inicial, ele próprio abriu falência e, depois de ter aberto falência, numa altura em que a maioria das frações do empreendimento estava ainda por vender, a massa falida do empreendimento foi entregue ao banco credor da dívida do empreendedor que faliu. Foi portanto entregue à instituição bancária Banif, por infelicidade da situação conjuntural que o país atravessou em certo momento, o próprio Banif também faliu e, portanto, tivemos duas falências em sucessão e na sequência dessas falências a possibilidade de cumprir os requisitos inerentes ao funcionamento de um aldeamento turístico perdeu-se pelo caminho, o próprio Instituto Turismo de Portugal verificou logo em 2014, através de uma auditoria que fez nessa época, que o empreendimento já não cumpria os requisitos do aldeamento e como tal deveria ter sido desclassificado, conclusão interna do Instituto do Turismo de Portugal que todavia não executou, o que quer dizer que desde 2014 até ao dia de hoje o problema da irregularidade se foi agravando no tempo. Se foi agravando no tempo porque posteriormente à saída do Banif do processo entrou uma nova entidade, a tal sociedade aqui já referida, uma sociedade pública criada sob a égide do Banco de Portugal chamada Oitante, entidade essa que então promoveu no mercado a venda da maioria das casas do empreendimento da Herdade do Gizo que estavam ainda por vender. Acontece que essa sociedade resolveu fazer o processo de venda sem levar em conta as prescrições que podiam ser dadas pelo Instituto do*



*Turismo e, como tal vendeu-as não para finalidade turística, mas para finalidade habitacional, de tal maneira assim é, como foi dado aqui o exemplo, até o senhor Presidente da Câmara Municipal comprou à sociedade Oitante nessas condições uma casa expressamente para sua habitação própria permanente. Ora esta situação, em que as casas foram vendidas para habitação e não para finalidade turística ocorreu numa altura em que o próprio Turismo deveria ter feito uma nova auditoria no funcionamento do empreendimento, mas efetivamente não executou essa auditoria. No que vos estou a referir significa que, tendo feito uma auditoria em 2014, a seguir não executou as suas próprias conclusões e depois devia ter feito outra 5 anos após, em 2019, mas não a fez, e foi a seguir a esse período que a Oitante vendeu então as casas, em situação irregular à luz do entendimento que o Turismo tem sobre a matéria, mas que não fiscalizou. Foi só em 2024 que o Turismo veio fazer uma nova auditoria ao empreendimento e, a partir daí notificou os proprietários para cumprirem os requisitos da atividade turística sob pena do empreendimento ser desclassificado. Vale a pena dizer que, de acordo com as regras que regem aquele empreendimento, na verdade metade das casas pode ser alocada para habitação própria e a outra metade ficar vinculada à finalidade turística, mas isso só pode ocorrer no entendimento do próprio Instituto do Turismo mediante a existência de uma entidade exploradora do empreendimento que faça esse acordo com os próprios proprietários. Ora acontece que, a venda das casas da Sociedade Oitante às pessoas foi feita sem ter sido nomeada nenhuma entidade exploradora que tenha podido fazer esse acordo de divisão entre as casas que fossem atribuídas para a finalidade turística e as que não tivessem sido para essa finalidade, portanto para habitação, o que quer dizer que em boa fé perante uma sociedade de natureza pública as pessoas compraram as referidas casas para a finalidade habitacional. Portanto, quando o Turismo veio agora exigir sob pena de desclassificação do empreendimento ou cumprimento dos requisitos, um dos quais principais, significa que pelo menos 26 casas teriam de ser entregues à exploração turística a uma entidade exploradora, os proprietários em inquérito interno pronunciados no sentido de não ser possível cumprir este requisito uma vez que têm escrituras públicas com a Oitante como primeira outorgante a ter muitas casas para a funcionalidade habitacional e, portanto, essa hipótese não pode ser cumprida depois de tanta irregularidade ao fim de tantos anos. Perante isto, a comissão de acompanhamento da herdade, nomeada pelos proprietários dirigiu-se a várias entidades, nomeadamente à Câmara Municipal de Cuba para poder avaliar a capacidade de encontrar outra solução de regularização do empreendimento, dirigimo-nos também a CCDR Alentejo e obtivemos da CCDR a informação de que essa solução de que nova regularização seria possível, naturalmente, havendo um entendimento com a Câmara Municipal. Informámos a Câmara Municipal da disponibilidade da CCDR colaborar na solução técnica que era viável, a própria Câmara numa primeira reunião disponibilizou-nos o projeto de regulamento do PDM que está em processo de preparação, que eu até imagino que a maior parte da população não o conheça, mas foi-nos efetivamente disponibilizado para podermos apresentar a proposta já em concordância com esse projeto de regulamento, ficando acordado nessa primeira reunião com a Câmara que teríamos depois uma segunda reunião de avaliação da proposta que iríamos apresentar, inclusivamente o senhor Presidente da Câmara numa reunião da Câmara Municipal manifestou expressamente a disponibilidade para colaborar em encontrar uma solução no quadro de revisão do PDM. Acontece que inopinadamente, a partir de uma decisão de fevereiro foi*

completamente obstruído o desenvolvimento desta colaboração que parecia ser frutuosa entre a Câmara e a Comissão de acompanhamento da maioria absoluta dos proprietários da Herdade do Gizo. Inventaram-se muitos argumentos e não os quero maçar com isso, está tudo na documentação que vos foi distribuída, a verdade é que desde fevereiro até hoje questões tão elementares como ter acesso ao processo da Herdade do Gizo, como poder fazer uma segunda reunião para a apreciação da proposta que apresentámos, como a emissão de uma certidão que é um documento que nos faz falta para completar a descrição do conjunto das frações do empreendimento, são digamos, dados elementares que uma normal administração deve executar na relação de boa fé com os administrados, mas que a Câmara recusou fazer até ao dia de hoje. Sabendo a Câmara todavia que estava a decorrer um prazo, o prazo da apreciação prévia que o Instituto do Turismo estabeleceu e que no final desse prazo a desclassificação é eminente. Eu vou concluir dizendo que, tendo nós explicado ao Turismo esta situação de dificuldade, o Turismo prolongou o prazo, o Turismo ele próprio disponível para facilitar e não para complicar, para que haja o tempo suficiente de um entendimento construtivo com a Câmara Municipal de Cuba. Infelizmente até ao momento, a Câmara continua obstinadamente a recusar essa disponibilidade construtiva, e fomos até surpreendidos pelas mais recentes declarações, citadas também agora pela senhora Teresa Santos, no que diz respeito à razão de ser dessa indisponibilidade de colaboração quando nos vieram invocar de que não haveria possibilidade de encarar uma solução de regularização do empreendimento nesta fase porque isso poderia ter como consequência fazer o senhor Presidente da Câmara correr eventual conflito de interesses por ter uma casa na Herdade do Gizo. Ora falemos com toda a franqueza toda a gente compreenderá que se um titular tiver um eventual conflito de interesses o que deve fazer à luz da lei é eximir-se de participar na decisão, e isso toda a gente compreenderá. Mas coisa diferente é se o órgão colegial, ele próprio acabar por tomar a mesma decisão de proteção a quem tem um eventual conflito de interesses. Infelizmente é isso que vem justificado na declaração do senhor chefe de divisão quando diz que a Câmara não tomará decisão sobre o assunto porque o senhor Presidente da Câmara tem um eventual conflito de interesses e em vésperas de eleições e, ou melhor dito, em final de mandato não há portanto lugar a que se tome posição sobre isto. Qual é a consequência? A consequência é que se passar o prazo que o Turismo de Portugal deu para que o problema seja resolvido sem haver ruturas isto pode implicar um seríssimo prejuízo para as pessoas que adquiriram as suas casas de boa fé quando é possível apresentar um solução que evite essa rutura. Como todos compreendemos estamos num final de mandato e agora sim é manifesto que não é viável com o atual executivo camarário que o problema tenha solução. Por isso eu não me dirijo particularmente à Câmara para responder aquilo que durante largos meses não nos quis responder, e para nos dar a colaboração que durante largos meses recusou dar. O que vimos aqui fazer hoje é um apelo à Assembleia Municipal, certo que na sequência da eleição não saberemos qual é a nova formação que sairá dessas eleições, seja ela qual for, o apelo fica feito à Assembleia Municipal enquanto instituição e o apelo é o seguinte : empenhem-se em ter uma atitude colaborativa, em ter uma atitude de participação no sentido que se gerem condições para resolver um problema que é um problema sério no concelho mas cuja a situação de irregularidade não aproveita a ninguém e gerem condições através da Assembleia Municipal e por aquilo que a Assembleia Municipal possa fazer de sensibilização à futura Câmara Municipal para



*que haja outro espírito de colaboração, outra disponibilidade de tratar do problema de forma construtiva porque os moradores da Herdade do Gizo não querem outra coisa se não oferecer a sua colaboração, a sua atitude construtiva e encontrar uma solução de base legal e regulamentar que seja inteiramente credível tanto para os interessados como para a própria instituição que é o Município de Cuba. Estamos perfeitamente cientes que essa solução é viável e só por uma atitude de obstrução é que ela não foi praticada até aos dias de hoje, por isso para efeitos futuros o nosso apelo fica aqui feito.”* -----

**Vice Presidente Câmara** – informou que na última reunião de Câmara foi aprovado um ofício com questões dirigidas à CCDD e ao Turismo de Portugal. Acrescentou que o Município respondeu no presente dia a 14 questões colocadas pelos moradores da Herdade do Gizo, o documento seguiu por correio e seria enviado posteriormente via e-mail. -----

**Deputado José Roque** – apresentou algumas dúvidas dizendo “ *em determinado momento da sua dissertação a senhora Maria Teresa Santos disse que o Turismo de Portugal desclassificou o empreendimento, o Dr. Jorge Lacão disse depois que houve essa intenção mas não chegou a efetuar essa desclassificação. Receberam do Turismo de Portugal a notícia que tinha sido desclassificado o empreendimento, certo?*” -----

**Jorge Lacão** – respondeu “ *vamos precisar, é muito simples. O turismo de Portugal notificou os proprietários com o propósito da desclassificação e deu um prazo, o prazo da consulta prévia para que com ou requisitos do empreendimento se demonstrava que podiam ainda ser cumpridos e então a desclassificação não se efetivaria ou no final do prazo se os requisitos não puderem ser cumpridos então a desclassificação ocorrerá. O que acontece é que o Turismo de Portugal começou por dar um prazo inicial de 60 dias, depois nós pedimos a prorrogação de um prazo de mais 90 dias, exatamente sempre para facilitar o diálogo com a Câmara Municipal, e quando a Câmara Municipal tomou a atitude de, vou utilizar uma palavra suave, dificultar o relacionamento connosco, ainda assim o Turismo de Portugal, o Instituto do Turismo concedeu mais um prazo de 60 dias que está a decorrer agora, e portanto a desclassificação só operará no final do último prazo. Haverá ainda ou não prorrogação de prazo, vamos a ver, mas a desclassificação só ocorrerá no final do prazo todo.”* -----

**Maria Teresa Santos** – reforçou a sua ideia lendo novamente o parágrafo onde constava a informação que o deputado José Roque questionou. -----

**Jorge Lacão** – lembrou que o documento ficaria com os deputados. Pediu para fazer uma observação em relação à intervenção do Vice Presidente “ *o senhor Vice Presidente da câmara Municipal deveria ser o primeiro a reconhecer perante nós o compromisso que ele próprio assumiu na reunião que tivemos, para ter uma segunda reunião , para apreciar a proposta que assumimos fazer quando a Câmara também assumiu facultar-nos o projeto de regulamento do PDM para podermos trabalhar em conjunto. Gostaria de o ouvir perante nós a*

*assumir o compromisso que assumiu na altura. Perante nós e perante vós. Mas nós não temos nada a obstar a que a Câmara Municipal suscite os esclarecimentos técnicos que entender, como parece que fez ao Turismo de Portugal e à CCDR. Mas gostaria de sublinhar o seguinte, a Câmara Municipal agiu ao longo de muitos meses de forma dogmática, revelando ter certezas absolutas sobre o entendimento que tinha sobre a matéria e nós fomos desconstruindo ponto a ponto as chamadas certezas absolutas que a Câmara dizia ter, e só agora no final do mandato é que a Câmara lhe pareceu oportuno ir fazer solicitações de esclarecimento ao Turismo de Portugal e à CCDR, quando a própria CCDR há muitos meses que mostrou disponibilidade para vir colaborar diretamente com a Câmara e connosco para encontrar a solução conjunta. Todo esse tempo que se perdeu, foi um tempo deliberadamente perdido porque não se quis tratar do problema, e até a própria CCDR chegou a convidar o senhor Presidente da Câmara para uma reunião conjunta, a ter lugar na sede da CCDR em Évora, nós fomos a essa reunião, o senhor Presidente recusou participar alegando não ter disponibilidade de agenda, não esteve nem ele nem nenhum outro membro da Câmara Municipal, são apenas alguns dados para demonstrar a falta de boa vontade da Câmara em colaborar para resolver um problema antes que a tal desclassificação ocorra que é essa a nossa preocupação.” -----*

**Deputado Carlos Almeida** – considerou tratar-se de uma situação complexa. Questionou a Câmara sobre o porquê de der deixado de dar respostas à Comissão de acompanhamento. -----

**Vice Presidente Câmara** – garantiu total disponibilidade da Câmara em todo o processo, passando a palavra ao Dr. Vítor Fialho para uma breve explicação sobre o assunto. -----

**Dr. Vítor Fialho** – disse “ eu não vou estar aqui a esgrimir argumentos jurídicos com alguém que não está de boa fé, só faltou dizer a tal cartita que foi metida debaixo das portas que não foi trazida aqui. O que eu apelava é que os membros que aqui estão da Assembleia Municipal com a anuência do Vice Presidente recebessem e lessem com atenção as respostas às 14 perguntas que lá estão e lá está explicado a razão pelas quais nós perdemos a confiança neste interlocutor, porque ele nos omitiu que havia um outro e com o argumento do RGPD meteu a negro partes relevantes e nós continuamos a dizer é um aldeamento turístico, a Câmara do ponto de vista técnico desde o primeiro momento que defende um aldeamento turístico, desde que efetivamente possa legitimar das casas para habitação como foi desde o início legitimado, agora há aqui pessoas que querem duas coisas, querem alojamento local mas com metade dos custos e há outras, e isto nós não vamos compactuar, que querem fazer provavelmente a maior especulação imobiliária do concelho de Cuba comprando casas a setenta para vender a quatrocentos. A Câmara não vai participar nisso, nós não mudámos tecnicamente de posição uma única vez, o meu colega Dr. André não está aqui, ele disse na primeira reunião é insensato pensar que esta situação se resolve à luz do PDM quando nós andamos a revê-lo desde 2003, reforço 2003. Eu reafirmo tudo aquilo que disse nessa declaração que circulou pelas portas das pessoas que era insensato a 6 meses das eleições, num processo que decorre desde 2003 nós irmos às pressas fazer uma solução que fosse de encontro a uma parte dos moradores.

*Eu não vou entrar aqui em discussões jurídicas e nem vou entrar em diálogo mas há uma norma do código civil do artigo 1419 nº1 que diz bem claro que só pode haver alteração do constitutivo se houver harmonização de todos os proprietários, e isso não existe, ponto número um. Ponto número dois qualquer deliberação desta comissão se violar o PDM é nula. Vai-vos chegar essa documentação toda e os membros da Câmara terão legitimidade para fazer as vossas perguntas, fazerem aquilo que entenderem, sendo que a proposta técnica é que esse documento que chegou à porta das pessoas seja também remetido à policia judiciária para ver se efetivamente no futuro poderá ou não haver ali matéria daquilo que poderá ser a posição do novo executivo se fizer uma inversão de cento e oitenta graus sobre aquilo que é a posição que está escrita nesse documento e que vem de há uma ano e meio, dois anos desde o início do projeto, eu até me permitiria dizer desde 2006 quando o então Presidente da Câmara muito batalhou para conseguir fazer uma unidade hoteleira. Porque ter uma unidade hoteleira naquele espaço não é de maneira nenhuma a mesma coisa que ter um condomínio privado. Todos percebemos isso. Remeto para o documento, do ponto de vista técnico estão lá as respostas todas e nós não mudámos de opinião, nós apenas solicitámos ao Turismo de Portugal e à CCDR que clarificassem a sua posição. Nada mais a acrescentar.” -----*

**Jorge Lacão** – respondeu “ *há uma palavra que se chama sincretismo intelectual, numa linguagem mais vulgar podíamos dizer miscelânea, aquilo que ouvimos da parte do senhor Chefe de Divisão, foi uma conversa de miscelânea, meteu uma data de temas ao mesmo tempo, baralhou-os todos e quem ouvir isto fica completamente confuso porque verdadeiramente não chega a perceber do que é que está a falar. Eu vou tentar dissecar os pontos que foram referidos, primeiro ponto: a legitimidade desta Comissão de acompanhamento, essa legitimidade foi constituída há um ano, numa primeira assembleia geral onde não houve um único voto contra relativamente à criação desta comissão de acompanhamento e depois dos objetivos prosseguidos foram sucessivamente aprovados em duas assembleias gerais posteriores, sempre por maioria absoluta dos proprietários. Ocorre que na ata, que nós de boa fé enviámos para a Câmara para ficarem cientes que tínhamos sido constituídos como representantes dos proprietários da Herdade do Gizo, cortámos dessa ata a parte das matérias que não interessavam à Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não tutela reuniões particulares, e como não o faz, não temos de dar conhecimento oficial à Câmara Municipal das matérias que não lhe dizem respeito à relação direta que temos de ter com a Câmara Municipal. A partir daqui inventaram este enredo que tinha sido cortada uma parte da ata para ocultar uma qualquer questão de legitimidade. Completamente errado, completamente falso. Segundo aspeto, dado que algumas das posições da Câmara têm sido publicitadas através das atas da Câmara, o que é legítimo, mas as nossas exposições à Câmara não são do conhecimento colocado em posição de igualdade para que à luz da transparência se possa perceber o que temos dito decidimos fazer um comunicado à população. Foi dito numa rede social pelo senhor Presidente da Câmara que era um comunicado anónimo, o comunicado está aqui e tem a plena identificação de quem o subscreveu, ou seja, os membros da Comissão de acompanhamento, se algum dos senhores tiver dúvidas pode ter aqui o comunicado ao vosso dispor. Depois o comunicado não foi andado a ser distribuído por debaixo das portas às*

oculta, o comunicado foi distribuído oficialmente no serviço dos correios, repito, o comunicado foi oficialmente distribuído pelo serviço dos correios com a contratação própria da expedição de aquilo que é o correio normal e, conseqüentemente, esta atoarda é mais uma demonstração da manipulação que nós nos queixamos permanentemente. Depois quanto a esta insinuação de que há um conjunto de pessoas que por sinal é a maioria absoluta dos proprietários que queria apropriar-se legitimamente do aldeamento, o que não é levado em conta e essa é a questão fundamental, é que as vicissitudes pelas quais o aldeamento passou alteraram radicalmente as condições em que ele se encontra, ou seja, quando as falências ocorreram e uma sociedade pública andou a vender as frações não para finalidade turística e as pessoas assim as compraram de boa fé, mas para finalidade habitacional é evidente que há aqui um problema, há um problema entre uma versão originária que deveria conduzir as coisas de determinada maneira e aquilo que ocorreu na prática, ora o que ocorreu na prática é a realidade que nós temos, é um conjunto de pessoas, dezenas de pessoas que compraram de boa fé as suas casas e que agora estão na eminência de ter um problema exatamente porque uma empresa pública lhe as vendeu dessa maneira, até vendeu uma ao senhor Presidente da Câmara nesses termos. Agora quando nós tomámos consciência pela voz dos próprios de que não assumiam uma ponderação da solução, pelos termos em que nós apresentámos e começou por ser acordada com a Câmara por causa do eventual conflito de interesses do senhor Presidente, esta é que é a verdadeira razão, aliás confessada pelos próprios, não dita por nós, para ter criado esta obstrução. E depois o senhor Vice Presidente disse aqui que estavam disponíveis para reunir connosco e sempre estiveram, senhor Vice Presidente podemos reunir amanhã? É que isto que o senhor Vice Presidente disse é completamente inverdadeiro. Na verdade é o senhor Chefe de Divisão que escreveu em documentação que já vos foi distribuída que ele próprio iria recomendar ao executivo camarário que não se realizasse a segunda reunião por causa na altura se estar a seis meses do final do mandato, ao que nós, aliás, ironizámos em vários momentos com isso dizendo que era muito estranho que um executivo camarário tomasse a decisão de não trabalhar seis meses antes do final do mandato. Mas foi o senhor Chefe de Divisão que escreveu isto, eu não estou a inventar, esse documento existe, o senhor Chefe de Divisão disse que ia aconselhar que não se fizesse a segunda reunião porque a seis meses do mandato não era aconselhável que se fizesse. E, portanto ficámos a saber que o exercício normal de funções pode terminar seis meses antes do prazo, e portanto quando o senhor Vice Presidente vem dizer que estiveram disponíveis para reunir é uma contradição completa. Um está a dizer que estiveram disponíveis para reunir, o outro explicou que ia propor e assim as coisas se passaram, que não houvesse a dita reunião e efetivamente não houve, e nós mandámos requerimentos sucessivos à Câmara a pedir a tal reunião que não nos concederam e a CCDR declarou num documento que a Câmara também tem a disponibilidade para ser ela própria a vir à Câmara Municipal de Cuba para participar na reunião conjunta. Vejam bem, a CCDR declarou ela própria para vir à Câmara participar na reunião conjunta, coisa que a Câmara igualmente não aceitou ponderar. Meus senhores eu só posso dizer uma coisa, sejamos sérios, e o meu desejo sincero para que isso não se transforme num gravíssimo conflito de repercussões mais graves é que a próxima Assembleia Municipal e o próximo executivo camarário tenham outra maneira de olhar para os problemas e não tenham esta forma de baralhar as questões todas para fingir que têm uma ideia sobre os assunto que afinal não têm quando

13

acabam por dizer que sempre foram fazer perguntas para saber afinal o que é que o Turismo pensa, o que é que a CCDR pensa, coisa que já podíamos ter feito à mais de seis meses a esta parte, e só fizemos agora para ter o pretexto de nada fazer até que o atual mandato se esgote. Este é o problema que corre o risco todavia, de não se compatibilizar com os prazos da audiência prévia que vos referi, que estão a decorrer e que terminarão algures no final do mês de novembro. É, portanto, com este prazo apertado que estamos a trabalhar neste momento e, não há disponibilidade nem boa vontade de encontrar a solução no âmbito dos trabalhos do PDM ou não haverá e depois temos de recorrer, infelizmente não é esse o meu propósito, a outras hipóteses de resolução contenciosa mas não queremos ir por aí. Quando se diz que o PDM está ainda retardado nos seus trabalhos não nos compete a nós fazer apreciação crítica sobre isso, mas compete-nos a nós dizer-vos que aquilo que a Câmara começou por nos informar é que o PDM ia ser aprovado até ao final do ano anterior, e se não foi nós não fazemos nenhum juízo crítico sobre isso, mas há uma coisa que nós sabemos não é preciso, reparem bem no que vou dizer a seguir, não é preciso chegar ao momento final do PDM porque a partir do momento em que haja entendimento entre o executivo camarário e a proposta que entretanto está pendente para apreciação e haja a possibilidade de a conciliar, a partir do momento em que a Câmara aceite integrá-la no projeto de regulamento do PDM, mesmo que o PDM venha a ser aprovado mais tarde, a partir do momento em que essa proposta possa ser absorvida no projeto de regulamento do PDM, o Turismo estará em principio disponível para continuar a facultar o prolongamento do prazo para evitar uma rutura de desclassificação da situação, isto serve portanto para vos dizer que basta haver disponibilidade de boa fé no comportamento administrativo para que as soluções se resolvam a contento das partes, e eu não vou fazer aqui nenhuma consideração sobre alguns proprietários que têm posição minoritária sobre isto porque a Câmara bem sabe e não pode escamoteá-lo que a posição que esses proprietários defenderam, foram defende-las num processo em tribunal que perderam, tendo o tribunal dado inteira razão à posição que nós sustentamos. Em nome da verdade é isto que queria dizer-vos.” -----

**Dr. Vítor Fialho** – disse “deixo no ar duas questões, que não são questões, são muito objetivas: existe ou não pelo menos duas entidades que estão interessadas em explorar o aldeamento turístico e que, subtilmente foram metidas na gaveta porque não interessam, pergunta número um que deixo para a Assembleia Municipal; pergunta número dois: quando eu compro um bem a um terço ou a um quarto do seu valor eu não devo pensar que efetivamente alguma coisa pode estar menos bem? Essas respostas vão todas surgir nos documentos que vos vão chegar. Não tenho mais nada a acrescentar, a não ser que é por situações destas é que a política portuguesa está como está. Pessoas assim não fazem falta à política! Disse.” -----

**Deputado Luís Botecas Varela** – não concordou com as palavras usadas pelo Dr. Vítor, afirmando não ser da sua competência o tipo de discurso apresentado. -----

**Jorge Lacão** – afirmou “isto é bem o exemplo do problema que nós temos passado ao longo destes meses. Na proposta que nós temos apresentado na Câmara para a resolução da questão diz-se expressamente, que não

*deverá haver qualquer nova construção na Herdade do Gizo, exatamente para que fique claro que não se autorizará nenhuma especulação urbanística naquele espaço. Será preciso eu repetir? Na proposta que apresentámos à Câmara Municipal é explicitamente dito que não deverá haver novas construções no empreendimento exatamente para que não haja qualquer especulação urbanística naqueles terrenos. E, portanto, aquilo que ouvimos do senhor Chefe de Divisão, que sabe muito bem que nós temos esta posição é calunioso, é mesmo calunioso. Por outro lado, eu tenho de dizer ao Dr. Vítor Fialho o seguinte: cada um de nós tem o currículo que tem, eu fui deputado muitos anos, disse aqui no início das minhas palavras que fui Presidente de uma Assembleia Municipal durante 16 anos, eu fui membro do Governo, eu fui Vice Presidente da Assembleia da República, eu deixei a vida política ativa e sempre me orgulho de o poder fazer com total idoneidade, e não é o Dr. Vítor Fialho que não me conhece de lado nenhum que se pode atrever a pôr em causa a minha integridade, a minha personalidade e a minha idoneidade. O Dr. Vítor Fialho bem sabe que tem andado a enviar mensagens a várias pessoas para colocar em causa a minha própria idoneidade, o senhor é Chefe de Divisão da Câmara Municipal tem de ter uma atitude ética e respeitadora dos munícipes e daqueles que solicitam providência à Câmara Municipal. A sua atitude é uma atitude de hostilidade permanente que compromete o dever de neutralidade dos organismos públicos e compromete o dever de isenção do quadro da Administração Pública, isto é o que o senhor deve levar em consideração porque fazer acusações à integridade de alguém é alguma coisa muito grave que, aliás, o senhor e o senhor Vice Presidente sentado ao seu lado foram fazer uma queixa crime contra mim, precisamente ao Tribunal de Beja suscitando uma questão de perjúrio da minha parte num depoimento que fiz. Já chegaram a este ponto. A decisão da juíza do caso foi o determinar que não havia nenhum fundamento para essa queixa de perjúrio sobre a minha parte que foram instilar ao Tribunal de Beja. Portanto, esta atitude persecutória tem sido constante e permanente e é contra ela que nós estamos, e estamos numa atitude de auto contenção porque entrámos aqui a dizer aquilo que queremos continuar a dizer à saída. Vimos aqui para apelar aos órgãos do Município que tenham uma atitude colaborante, construtiva e séria. Não pedimos mais nada do que isso.”*

-----  
-----

**ORDEM DO DIA:** -----  
-----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º.2 do artigo 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/06/2025 a 31/08/2025. Para conhecimento.** -----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----  
-----

**2 - Apreciação e votação da Revisão n.º 3 ao Orçamento e às GOP'S 2025. Para deliberação. -----**

**Deputada Helena Lança** – levantou questões em relação ao documento da despesa relacionadas com novas ações em dois projetos que não constavam no orçamento inicial : a reabilitação do Largo da Praça em Faro do Alentejo e a Requalificação do jardim e do largo em Vila Ruiva. Solicitou esclarecimentos em relação aos trabalhos preparatórios, se foram esquecidos ou não estavam incluídos nos projetos. -----

**Vice Presidente Câmara** – referiu que a alteração ao orçamento surgiu para adquirir equipamentos para as águas, nomeadamente bombas de água e que, a nova ação foi criada para fazer face a futuras deslocações e estadas relacionada com uma situação recente, do conhecimento de todos. -----

**Deputada Helena Lança** – disse que os equipamentos apresentados estavam descritos noutra rubrica. Reforçou a questão apresentada anteriormente. -----

**Vice Presidente Câmara** – passou a palavra ao Dr. Vítor para esclarecer as duvidas apresentadas pela deputada Helena. -----

**Dr. Vítor Fialho** – *disse tratar-se de questões muito técnicas “as obras são adjudicadas por valor global, ou seja, não é decifrável , estamos a falar da montagem do estaleiro, estamos a falar dos custos indiretos, estamos a falar de outra situação. Ocorre que a nossa dirigente, que é a responsável pela área financeira, em termos contabilísticos entende fracionar a empreitada para que depois em termos de património ela reflita o mais possível aquilo que efetivamente está espelhado naquela empreitada. Tecnicamente é a postura que ela defende, é a técnica que o executivo entende seguir sendo que depois para enquadrar algumas situações dos artigos presentes, por exemplo, não está lá estaleiro, se a minha colega entende que para esclarecer e estar lá ao pormenor de onde é que vem cada um dos custos da empreitada, entende que é este método, eu respeito esse método, ciente que o valor do projeto de Vila Ruiva e o valor do projeto de Faro do Alentejo teve um valor global que em nada foi alterado. O que acontece aqui é que tiram-se verbas de umas rubricas para meter noutras dentro do mesmo projeto. A colega entende que é mais fácil à posteriori em termos contabilísticos, é uma questão interna. O que eu digo é assim, e a deputada que provavelmente até faz propostas de empreitadas sabe que isto é muito relativo, eu posso meter no estaleiro cinquenta euros e ele custar dez mil, desde que depois no betuminoso meta o resto, mas a minha colega contabilisticamente acha mais cómodo fazer assim, nós temos de aceitar. Tal como na parte jurídica os serviços aceitam as recomendações que eu faço, na parte financeira o executivo aceita as recomendações que são feitas. Estes trabalhos preparatórios não é nada que não esteja no âmbito da adjudicação, é a solução que ela melhor consegue para depois no refletir daquilo que são os valores patrimoniais de uma obra melhor conseguem chegar aquilo que são os custos. O que conta é o valor global. Ninguém está a inventar nada à ultima da hora, há que haver respeito pelo que está feito, às vezes estes documentos são*

13

*extremamente técnicos e nós temos alguma dificuldade em classificá-los, quanto mais vocês que estão aí desse lado, que efetivamente em algumas áreas não dominam com o rigor que estas coisas exigem. Para que fique bem claro, não há custos adicionais. Penso que esclareci, de acordo com o que está dentro dos meus conhecimentos.”*

-----  
-----  
**Deputada Helena Lança** – lembrou que as questões foram colocadas por não entender as situações em causa, não para desconfiar ou pôr em causa o trabalho dos técnicos. -----

-----  
-----  
**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos deputados do Partido Socialista e 1 voto contra da deputada Júlia Baltazar.** -----

-----  
-----  
**3 - Apreciação e aprovação do Projeto de Reabilitação do CM 1007 – (Reparação do pavimento betuminoso ao longo dos 5 km insertos no concelho de Cuba, bem como limpeza e reperfilamento das bermas ao longo de 10 km), atendendo a que o mesmo ultrapassa os 10% da despesa de investimento de 2025, conforme exigência consignada no n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação.**-----

-----  
-----  
**Deputada Helena Lança** – mostrou agrado, considerando de louvar o investimento e a realização do projeto, e lembrando as considerações sobre o estado dos caminhos municipais apresentadas em 2023, pela bancada que representa. -----

-----  
-----  
**Presidente Assembleia** – parabenizou a Câmara Municipal pelo projeto, relembrando o mau estado do caminho e os problemas que o mesmo causou ao longo dos últimos anos. -----

-----  
-----  
**Vice Presidente Câmara** – lembrou o esforço desenvolvido pelo Município para melhorar esta situação. -----

-----  
-----  
**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.** -----

-----  
-----  
**4. - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de Empréstimo de Longo Prazo, no valor de 1.750.000€, entre o Município de Cuba e a Caixa de Crédito Mútuo do Guadiana, visado pelo Tribunal de Contas em 02 de abril de 2025, com o objetivo de nele introduzir mais um lote na cláusula primeira, sem que isso tenha qualquer repercussão no valor aprovado para o contrato, lote esse denominado : - Lote 6 - Reabilitação do CM 1007 ao longo da extensão localizada no Concelho de Cuba. Para deliberação.** -----

Não se registaram intervenções. -----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não se registaram intervenções. -----

**Presidente Assembleia** – fez um agradecimento e um louvor público a todos os que trabalharam com a a Assembleia Municipal, ao José Roque que secretariou a Assembleia, ao António Marreiros, à Ana Borges, pela forma dedicada e profissional com que desempenharam as suas funções. Agradeceu aos trabalhadores responsáveis pelo apoio técnico, José Maria Chaveiro e Pedro Cabeça. Aos técnicos da Câmara que prestaram sempre o apoio necessário, nomeadamente o Dr. Vítor e a Dra. Carmen, aos deputados da Assembleia Municipal, e à Câmara Municipal pela colaboração. -----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi. -----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: *João Duarte Oliveira Basto Palma* -

O Secretário: *Ana Isabel Ganhão Henriques Borges*